



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

NÚMERO: 09/2025 – 7ª GRR/UES

DATA: 27/06/2025

1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE: 7ª GRR/UES

2. REFERÊNCIA: Processo nº 59570.000060/2025-77-e

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A elaboração deste Estudo, visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando o fornecimento, transporte, carga e descarga de plaina niveladora traseira e raspadeira agrícola - scraper para atender demandas na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR, no Estado do Piauí.

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Companhia vem ampliando as suas ações apoiando organizações de produtores, por meio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), com a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, aquicultura, pesca, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar. Neste caso específico, propõe-se o apoio a a agricultura familiar em geral, através da facilitação no escoamento da produção agropecuária, aumentando a renda e qualidade de vida de cerca de 2000 mil famílias no Piauí, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e com o desenvolvimento sustentável na área de jurisdição da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

A contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em promover a melhoria nas execução de obras estruturantes, como construção e recuperação de estradas de acesso as comunidade rurais. O fornecimento destes bens se faz necessário para facilitar os acesso das pessoas e o escoamento de produtos agrícolas, aumentando a eficiência da produção, reduzindo custos, promovendo o comércio e desenvolvimento local, possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população, sobretudo neste momento em que passam por dificuldades financeiras.

A partir da expansão da área de atuação a CODEVASF, mais parlamentares têm alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar as ações de revitalização das bacias hidrográficas e de apoio



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

à estruturação de atividades produtivas, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, torna-se necessária a realização de licitações pela Sede e Superintendências Regionais para aquisição de diversos materiais e equipamentos para atender as necessidades e demandas das comunidades das antigas e novas áreas de atuação da CODEVASF, garantindo assim, a possibilidade de uso de tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas. No Piauí, além dos recursos da LOA e de Créditos Suplementares, a alocação de recursos para desenvolver ações por meio de emendas parlamentares se dá desde a implantação da 7ª SR em 2001, onde desde então toda a bancada tem destinado anualmente recursos para ações de desenvolvimento via CODEVASF.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A CODEVASF, a partir da Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, passou a atuar nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, por meio da Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos e atividades produtivas, na sua área de atuação. Tais atribuições se estendem aos seus rebates nas Superintendências Regionais – SR's, através das respectivas Gerências de Revitalização - GRR's que desenvolvem suas ações mediante as demandas locais, priorizando sempre o apoio às atividades produtivas que apresentem potencialmente viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Neste sentido, as atividades produtivas são apoiadas e estruturadas, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais – APL's, que são as atividades estruturadas e com um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

O apoio às atividades produtivas é uma das estratégias da CODEVASF, para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, dos pequenos produtores das comunidades rurais de sua área de atuação. O apoio aos APL's possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, que pode ser realizado por meio da identificação das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local, podendo ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças locais e territoriais, bem como ocorrer na forma de: mobilizações; capacitações; fortalecimento das governanças locais; bem como no apoio às unidades de produção, de beneficiamento e/ou de comercialização dos produtos, por meio do fornecimento de tratores, máquinas, implementos, materiais e insumos; da implantação/construção de estruturas de produção, processamento, beneficiamento,



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

comercialização e logística para o escoamento da produção; apoio à organização dos produtores. Além disso, com a aquisição de equipamentos, garante-se assim, a possibilidade de uso de novas tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas.

As ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL), visam estruturar a produção nas cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, mandiocultura, bovinocultura, aquicultura/pesca, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar, promovendo melhoria das condições de produção, por sua vez, melhoria das condições de vida da população, geração de emprego e renda, exploração racional e sustentável dos recursos naturais.

Figura 01: Algumas das atividades produtivas apoiadas pela CODEVASF



O apoio aos Arranjos Produtivos Locais, ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da CODEVASF, por se tratar de ações dinâmicas, tendo em vista que as atividades que visam a produção, sobretudo a de alimentos, estão em constante adequação às demandas de mercado e de necessidade da população regional, nacional e mundial. Neste sentido, a aquisição desses implementos torna-se essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar.

5. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM FORNECIDAS:

Desde a instalação da 7ª Superintendência Regional, em 2001, mediante demandas a CODEVASF tem fomentado nos estados do Piauí e Ceará, sua área de atuação até 2020 (atualmente só Piauí - Lei nº 14.053/2020), o fortalecimento das atividades produtivas assistindo famílias e comunidades organizadas como pessoas jurídicas (associações de criadores e de produtores comunitários, cooperativas, colônias de pescadores, instituições de ensino tecnológico/agropecuário, entre outras) tendo como foco principal a promoção social e a geração de trabalho e renda, com estímulo à permanência do homem no campo, em condições dignas de sobrevivência. Desse modo, como forma de inclusão produtiva, estrategicamente a CODEVASF tem apoiado aos diversos arranjos produtivos locais por meio de diferentes ações de estruturação, de fortalecimento e desenvolvimento



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

das bases produtivas (equipamentos, capacitações, participação em eventos), bem como por meio de estruturas de beneficiamento e de transporte dos produtos agrícolas, conforme demonstrado no Anexo deste ETP que destaca as ações da 7ª SR realizadas no período de 2010 a 2024, em que foram investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, beneficiando diretamente 21.728 famílias, o que equivale a uma população estimada de aproximadamente 108.640 pessoas assistidas.

De acordo com o exposto e considerando algumas potencialidades do estado, o quantitativo dos itens a serem licitados por meio desta licitação, que viabilizarão a aquisição de dos implementos para atender demandas na área de atuação da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, encontram-se conforme equipamentos e materiais listados no Anexo II do TR do Processo eletrônico nº 59570.000060/2025-77-e.

Tabela 01: Quantitativo e descrição dos materiais e equipamentos

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Itens	Unidade	Quantidade de Itens
Plaina niveladora traseira	unid.	20
Raspadeira agrícola - scraper	unid.	20

6. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

A pesquisa de preços foi realizada considerando como referência o Regimento Interno da CODEVASF, Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME e principalmente a Norma Técnica nº 440 da CODEVASF - Norma para Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviço.

As pesquisas de preços foram realizadas em 3 principais fontes (licitações anteriores, sistemas de referência e cotações de mercado), observando sempre as condições comerciais praticadas, os prazos de fabricação e entrega, o local de entrega, a quantidade a ser contratada e o frete.

1ª Fonte: Contratações similares feitas pela CODEVASF ou outro ente da Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

2ª Fonte: Preços obtidos nos sistemas oficiais de referência com valores atualizados no momento da pesquisa.

3ª Fonte: Pesquisa direta no mercado, mediante solicitação formal de cotação de, no mínimo, 3 (três) fornecedores.

Os preços de referência estimados para cada uma das fontes (licitações anteriores, sistemas de referência e cotações de mercado) foram obtidos a partir do menor valor entre a média ou mediana do conjunto de valores que compuseram cada uma dessas fontes. Durante as análises dos preços obtidos através de cotação de mercado, foram desconsiderados os valores tidos como inexequíveis e excessivamente elevados utilizando como metodologia um dos seguintes grupos de referência: a) Descarte do maior preço, b) Descarte do menor preço, c) Descarte do maior e do menor preço, cumulativamente e d) Descarte dos dois maiores preços, cumulativamente.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

O grupo de referência escolhido para sanear os valores, foi o que apresentou menor coeficiente de variação (CV) entre os preços restantes na análise, com os menores valores de média e mediana, buscando economicidade para a administração pública.

Item	Descrição/Especificação	Unidade De Medida	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total por item (R\$)
1	Plaina niveladora traseira	unid.	20	59.629,92	1.192.598,40
2	Raspadeira agrícola - scraper	unid.	20	57.250,00	1.145.000,00
VALOR GLOBAL (R\$)					2.337.598,40

Conforme a planilha com levantamento de pesquisa de mercado, o valor total estimado para a contratação é de **R\$ 2.337.598,40 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)** à preços dos meses de maio e junho de 2025.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da emissão das ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de fornecimentos frequentes;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando do fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos (no que couber), bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos por um período mínimo de 12 meses, ou superior conforme o fabricante. O(A) fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.**

8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está previsto o fornecimento parcelado do quantitativo total licitado, com a emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

9. AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizado separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, desde que haja concordância do fornecedor, pode ser utilizada para adesão à ARP (Ata de Registro de Preços) por outras unidades da CODEVASF, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado do Piauí e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da CODEVASF, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

10. ALINHAMENTO ENTRE O FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO:

Como a CODEVASF/7ª SR tem feito desde que iniciou suas atividades no Piauí e Ceará em 2001, com a perspectiva de anualmente dispor de recursos orçamentários de diversas fontes (Emendas Parlamentares, LOA, TEDs, Programas de Governo), no intuito de atender às demandas dos produtores e dos municípios, são utilizados os planejamentos contidos no Plano Anual de Trabalho da CODEVASF, por meio do qual a empresa prevê a Aquisição de Equipamentos e Maquinários para estruturação de Arranjos Produtivos Locais em sua área de atuação.

Este mesmo objetivo está contido no Programa de Governo 2217: Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, na ação 7K66: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, que objetivam apoiar a infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de centros urbanos, visando fortalecer a capacidade produtiva.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias e de suas regiões, pois, se faz necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação para atender às diversas demandas que por ventura sejam geradas junto à CODEVASF/7ª SR, desde que durante a vigência desta licitação haja disponibilidade orçamentária para o atendimento dessas demandas, e assim



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

possam ser efetivadas ações de apoio aos diversos arranjos produtivos no Piauí (conforme a Lei nº 14.053/2020), como está sendo proposto, a exemplo das já realizadas no período de 2010 a 2024 no Piauí e Ceará, com investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, conforme demonstrado através do Anexo deste ETP.

A CODEVASF tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da empresa coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas; e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias. Para tanto, via de regra a execução das ações fica a cargo das Superintendências Regionais, neste caso a 7ª SR agora com atuação no estado do Piauí, conforme a nova distribuição territorial da Empresa (Lei nº 14.053/2020).

12. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Espera-se com os fornecimentos, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como, a melhoria na qualidade de vida de famílias no Piauí, proporcionando o desenvolvimento sustentável da região. Espera-se beneficiar diretamente no mínimo 2500 famílias com o fornecimento dos equipamentos e materiais destinados a apoiar a atividades de inclusão produtiva, conforme demonstrado na Tabela 02, abaixo:

Tabela 02: Beneficiários das ações

Atividade Produtiva	Beneficiários Diretos - Famílias de Produtores
Agricultura familiar	50 x 40 = 2000
Total	2000

Portanto, de acordo com os quantitativos e valores propostos, sem considerarmos os descontos que ocorrerem naturalmente decorrentes das disputas de preços no certame, teremos:

$$\text{Previsão de apoio por família} = \text{R\$ } 2.337.598,40 / 2000 \text{ famílias} = \text{R\$ } 1.168,79$$

Ou seja, as ações preveem um investimento médio de R\$ 1.168,79 (um mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos) por família, possibilitando que estas venham a melhorar a sua capacidade produtiva, consequentemente aumentando a sua renda.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a anuência do Superintendente Regional, do setor de licitações, do setor jurídico, e ser aprovado pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.**

sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

15. CLASSIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO

Não é necessário sigilo.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o compromisso da CODEVASF para com a melhoria nas condições socioambientais e econômicas de sua área de atuação, entende-se necessária a realização da Licitação, visando o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de plaina niveladora traseira e raspadeira agrícola - scraper, para apoio a atividades produtivas no Estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR
7ª Superintendência Regional – Piauí.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: João Rodrigues da Cunha
Analista em Desenvolvimento Regional - 7ª GRR/UES

DE ACORDO: José Ocelo Rocha Campos Junior
7ª Gerência Regional de Revitalização - Gerente

Marcelo Vaz da Costa e Castro
Superintendente - 7ª Superintendência Regional

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE